

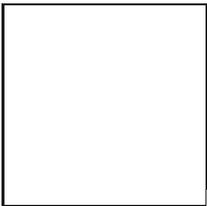
**Maura Soares**

---

**Assunto:** Participacao Publica RAMPA  
**Anexos:** PP\_RAMPA\_2025.pdf

---

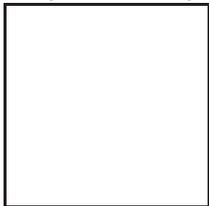
**De:** Nuno Potes <[REDACTED]>  
**Enviada:** 22 de abril de 2025 13:05  
**Para:** Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>  
**Assunto:** Re: Participacao Publica RAMPA



**Nuno Potes**



to apreciacaopublica



**Exmo. Sr** Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A nossa organização re-envia em anexo o documento com uma retificação necessária. Desta feita gostaríamos que aceitasse este último documento como o definitivo e que o anterior não seja feito público por consideração ao direito à privacidade e anonimato de um dos autores, o qual pretendemos salvaguardar por razões de índole profissional; sendo que o conteúdo e argumentos se mantêm na sua totalidade.

Os melhores cumprimentos,

Nuno Potes,  
MSc. Biodiversidade e Conservação Marinha  
Consharkvation Azores.

On Tue, Apr 22, 2025 at 1:11 PM Nuno Potes

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares,  
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A nossa organização envia em anexo o documento que contém a opinião relativa à despromoção das AMPs de proteção total aprovadas no projeto RAMPA. Esperamos com convicção que a sua análise e decisão nesta temática vise sobretudo salvaguardar o maior número de interesses possível no âmbito da conservação da Natureza para a nossa região.

Os melhores cumprimentos,

Nuno Potes,  
MSc. Biodiversidade e Conservação Marinha  
Consharkvation Azores.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A organização **Consharkvation Azores**, dedicada à conservação de tubarões e raias (elasmobrânquios) tem como finalidade máxima conservar e proteger estas espécies como património natural e imaterial dos Açores, de Portugal e da Europa. A nossa organização visa sobretudo garantir a preservação e perpetuação destas espécies para admiração e usufruto das gerações presentes e futuras.

Vimos por isso apresentar o nosso profundo desagrado à recente proposta de desclassificação das áreas de proteção total recentemente aprovadas no âmbito do desenvolvimento do projecto de Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), aprovadas no passado mês de Outubro do ano de 2024.

A despromoção das áreas marinhas protegidas (AMPs) às quais foi atribuído um estatuto de proteção total, particularmente aquelas referentes aos montes-submarinos que estão identificados como zonas preferenciais de agregação de fauna marinha considerada sensível às acções humanas, implica um grotesco retrocesso social, científico e cultural que vem minar os esforços que têm sido feitos pelos diversos órgãos e instituições para que este nível de proteção total fosse nestas áreas implementados.

Dadas as características dos recentes desenvolvimentos para este assunto em particular, em especial dada a brevidade com que emergem as intenções de alteração dos estatutos aprovados inclusive antecedendo a entrada em vigor dos estatutos anteriormente aprovados; é inevitável que se levante a suspeita de que existe um lobby do sector das Pescas que faz usufruto de tráfico de influências dentro do círculo de deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, resultando num peso e influência desproporcional aquele dos outros sectores da economia do arquipélago.

A realizar-se a recente proposta, fica evidente que existe uma desvalorização do peso e importância que uma vida marinha salutar implica para os sectores do turismo, hotelaria e outros serviços que comprovadamente viriam a beneficiar das medidas de proteção implementadas. Para além disso, o despromover destas áreas vem também afetar o próprio sector das pescas que beneficiaria do efeito de transbordo (*spill-over*) de recursos pesqueiros nestas áreas, que é um dos benefícios comprovados da implementação de AMPs de proteção total, que têm sido demonstradas como uma medida de gestão eficaz para aumentar a rentabilidade e produção das pescas. Cabe por isso aos decisores políticos, garantir que as evidências científicas e a vontade comunitária de implementar os níveis de proteção aprovados no RAMPA se sobrepõem às pressões e tráfico de influência que está nitidamente subjacente à proposta de alteração dos estatutos de proteção para estas áreas.

Relembramos aos deputados e ao Sr. Presidente da Comissão EPAP que o os Açores, região remota da Europa que desfruta de uma riqueza natural invejável tanto nos seus recursos marinhos, terrestres, culturais e paisagísticos, têm ostentado a bandeira de uma região comprometida com a sustentabilidade, resultando numa publicidade que fez a região ganhar relevo internacional. Contudo, à excepção das proteções implementadas para a proteção dos cetáceos, ainda pouco se tem feito de forma evidente para a proteção do mar dos Açores. A monitorização das AMPs costeiras ou oceânicas é virtualmente inexistente; não desfrutamos de uma frota nem de uma força de segurança (como *guarda-parque marinho*) que reforce continuamente os estatutos de proteção dessas áreas. A gestão ecológica nas áreas portuárias é inexistente, o que resulta em enormes focos de poluição marinha que transborda para as áreas marinhas adjacentes e que já teve como consequência mais de uma crise ecológica que vieram criar desequilíbrios nos habitats costeiros dos Açores, com consequências para as espécies autóctones ainda por apurar (ex: as algas *Rugulopteryx okamurae* ou *Caulerpa webbiana* que vieram afetar a paisagem submarina e as comunidades biológicas locais).

Os Açores e Portugal, devido ao seu contexto histórico e geográfico têm a obrigação ética e moral de se posicionar na Europa e no mundo como um exemplo de sustentabilidade, não só cumprindo mas excedendo os mínimos estabelecidos pelas metas comunitárias no que concerne à proteção dos ecossistemas marinhos que estão definidos na Agenda de Desenvolvimento Sustentável 'Horizonte 2030' da qual Portugal é signatário. É portanto de lamentar que, para além dos objetivos medíocres e de uma estruturação da rede de AMPs, ainda que na nossa opinião deficiente e que desfruta de bastante espaço para ambiguidades, venhamos neste momento a ser confrontados com a intenção de continuar a impactar os montes submarinos, deixando espécies sensíveis à mercê de uma indústria fraca em consciência, enfraquecendo desta forma a intrincada conectividade necessária entre montes submarinos para que se garanta a disponibilidade de habitat, os corredores ecológicos e acessibilidade a recursos para espécies pelágicas, já tenham estas natureza residente ou migratória.

Na nossa análise, as áreas de proteção total definidas ainda não representam no seu conjunto as necessidades reais da conectividade de habitat que poderia garantir uma eficácia da rede de RAMPA e que salvaguarda as necessidades de habitat e recursos das *espécies-ícones* para os Açores como são os tubarões e raias que têm vindo a ganhar relevância regional, nacional e internacional no sector do turismo marinho.

Sobretudo, as actividades como o mergulho com tubarões e raias, já seja costeiro ou oceânico, deveria desfrutar de um paradigma paralelo à já histórica e comprovada qualidade da proteção de cetáceos neste arquipélago, que veio demonstrar que uma mudança de paradigmas para utilização de recursos vivos de uma forma não extrativa resulta nas mais diversas vantagens para os variados sectores da economia insular.

É de salientar que nos Açores, as actividades de mergulho para observação de espécies de elasmobrânquios, têm vindo a beneficiar de um florescimento nos últimos 20 anos, ímpar a nível mundial, ganhando relevo mediático internacional, trazendo milhares de turistas e milhões de euros anualmente à nossa região, que ultrapassam, em mais de uma ordem de grandeza as ganâncias produzidas por estas espécies em lota em toda uma década. O valor dos elasmobrânquios e a sua importância enquanto recurso não extrativo para os Açores vêm explícito em estudos como estes citados abaixo:

Torres, P. *et al* (2017). Dead or alive: The growing importance of shark diving in the Mid-Atlantic region. *Journal for Nature Conservation*. 36. 10.1016/j.jnc.2017.01.005.

Ressurreição, A. *et al* (2022). The value of marine ecotourism for an European outermost region. *Ocean & Coastal Management*. 222. 106129. 10.1016/j.ocecoaman.2022.106129.

Por tudo aquilo supramencionado, a organização **Consharkvation Azores** assume uma posição inequívoca no apoio à manutenção da visão anteriormente acordada para o RAMPA. O objetivo de salvar 15% do mar dos Açores de actividades extrativas é na nossa opinião ainda uma meta parca e que fica aquém do verdadeiro potencial que a proteção dos recursos naturais dos Açores deveriam reivindicar para se posicionarem como uma referência internacional na conservação da Natureza, numa região periférica cuja dependência dos seus recursos marinhos têm talhado e moldado o seu *modus vivendi* e por conseguinte a cultura e história de um povo. Não obstante, as necessidades de adaptação à atualidade necessitam de uma visão moderna e de coragem dos nossos decisores políticos para implementação de uma profunda alteração de paradigmas na forma como utilizamos os recursos marinhos vivos. Ao manter estas áreas totalmente protegidas, e inclusive porque não expandindo-as, poderemos beneficiar vários sectores económicos em simultâneo, garantindo a manutenção da abundância de recursos, uma elevada riqueza da nossa biodiversidade e um sector das pesca prolífico, assegurando assim a proteção e recuperação do património natural único dos Açores.

**Horta** 22/04/2025

Por, Consharkvation Azores.

Nuno Potes (Biólogo e Mestre em Biodiversidade em Conservação Marinha)

Ana Besugo (Bióloga, Mestre em Biologia Marinha e guia de mergulho)

Diter Braet (Engenheiro Civil e atleta recordista em apnea)

Cristina Camacho Puerta (Fotógrafa da Natureza Marinha, atleta apneista)